

**Segurança** São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina estão entre os que preparam novos projetos com empresas privadas

# Estados ampliam aposta em presídios terceirizados

Marcos de Moura e Souza  
De São Paulo

Governos estaduais estão ampliando suas apostas numa política prisional alternativa e que ainda gera resistências. O modelo é a terceirização de presídios.

A maioria dos contratos em andamento remunera as empresas para que elas se incumbam por praticamente todos os serviços e itens nas prisões. A principal exceção é a atividade de polícia penal, que continua com o Estado. Outro modelo, mais abrangente, transfere também a responsabilidade pela construção dos presídios. Por meio do BNDES, a União tem ajudado e elaborado contratos e a financiar projetos desse tipo.

Segundo o Ministério da Justiça, a Bahia (com 11 unidades prisionais sob cogestão), o Amazonas (com nove) e Minas Gerais (com cinco, sob contrato de Parceria Público Privada) estão à frente em números de prisões. Levantamento do sindicato de empresas que prestam serviços em presídios, mostra que na Bahia já quase 50% dos detentos estão em prisões cogeridas por empresas. No Amazonas, 75%.

Minas, São Paulo, Rio Grande do

Sul e Santa Catarina são alguns dos Estados com novos projetos de presídios e unidades para adolescentes infratores.

Defensores do modelo argumentam que cogestão ou PPP permite que obras de manutenção, aquisição de novos equipamentos e contratações sejam feitas de modo muito mais rápido. Argumentam ainda que saúde, educação e atividades de ressocialização funcionam, em geral, de forma melhor do que nos presídios com administração 100% pública.

Mas há também muitas críticas. As mais frequentes dizem respeito ao que seria a inadequação de empresas que visam lucro em atuar em área tão sensível como o sistema prisional. E que grupos privados estariam menos preparados do que o Estado para lidar com as pressões de crime organizado e de facções nas cadeias.

Contratos em curso ou em estudo contemplam funcionários privados lidando diretamente com presos, mas a manutenção da ordem e transporte eventual de detentos para fora da unidade também ficam a cargo do Estado.

Questionado pela reportagem sobre a terceirização, o Ministério da Justiça não quis comentar. A

pastas está sob críticas após a fuga de dois criminosos do presídio de segurança máxima de Mossoró (RN) na semana passada. A Secretaria Nacional de Políticas Penais tampouco se manifestou sobre o tema até a conclusão desta edição.

“É uma nova maneira de tentarmos obter resultados melhores”, diz Pedro Capeluppi, secretário de Parcerias e Concessões do governo do Rio Grande do Sul. Em outubro Estado leiloou um empreendimento de PPP prisional na cidade de Erechim. A vencedora, a Soluções Serviços Terceirizados, terá de construir duas unidades prisionais para um total de 1.200 homens. Pelo contrato de 30 anos, o grupo será encarregado pela educação, alimentação e saúde, entre outras áreas. O contrato deve ser assinado em cerca de 30 dias e então a expectativa é que as prisões sejam entregues em 24 meses.

**“É uma maneira de tentarmos obter resultados melhores”**  
*Pedro Capeluppi*

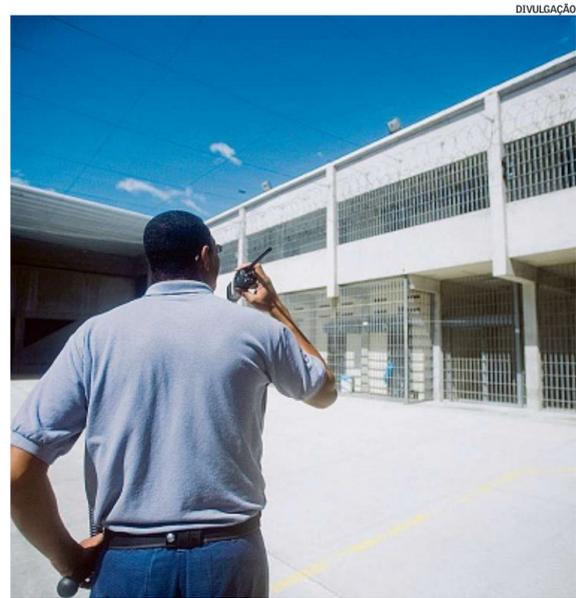
Cada preso custará ao Estado (que repassará à empresa) R\$ 233 por dia. Hoje, o custo médio por preso por dia em presídios gaúchos é de R\$ 84 – valor que não inclui custos de construção desses presídios, segundo Capeluppi.

“Hoje o Brasil tem um déficit gigantesco em investimento no setor prisional. E para o Estado do Rio Grande do Sul sairia mais caro fazer um presídio como o que está preconizado no contrato”, acrescenta ele. Além disso, o tempo de uma obra pública talvez ultrapassasse os 24 meses previstos.

Se o roteiro for seguido à risca, esse será o segundo presídio erguido e gerido por meio de PPP. O primeiro foi inaugurado em 2012 em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte.

A empresa GPA, detentora do contrato, construiu e gere três unidades, onde estão atualmente 2.164 detentos. O contrato prevê a construção ainda de mais duas unidades. Ao todo, abrigarão 3.800 presos. A GPA diz que em 12 anos houve uma fuga.

“Recebemos recentemente representantes dos governos do Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo”, diz André Mourão, da Secretaria de Justiça e



Presídio em MG é gerido há 12 anos por meio de uma PPP e é pioneiro no país

Segurança Pública de Minas e gestor do contrato da PPP prisional.

Mas lembra que projetos dessa natureza enfrentam ainda resistências políticas e ainda limitada atratividade entre investidores.

Eduardo Fialho, empresário e presidente do sindicato de empresas do setor, concorda e diz que os maiores limitadores de investimentos nas PPPs prisionais são a morosidade e dificuldade de financiamento pelo excesso das garantias exigidas do privado. “Na cogestão, a maior dificuldade está no entendimento do Estado quanto ao correto alcance do contrato.”

Ainda assim, Minas está em processo de licitação da que deverá ser a primeira unidade socioeducativa do Brasil para adolescentes infratores. Santa Catarina,

com apoio do BNDES, está finalizando um projeto para atrair capital privado para um complexo prisional em Blumenau. E São Paulo estuda uma PPP para operar e manter unidades da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.

“Os projetos têm suscitado interesse pelo grau de inovação que proporcionam”, diz a Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil. “A impressão que se tem é que, à medida que amadureça na sociedade a convicção de que modelos regulares de administração prisional precisam ser revisitados e aperfeiçoados, o número de iniciativas que adotam as PPPs tende a crescer e se consolidar como alternativa.”

## Ministério da Justiça determina revistas diárias em celas

Mariana Assis  
De Brasília

O Ministério da Justiça e Segurança Pública determinou ontem novas medidas para reforçar a segurança nos presídios federais, em resposta à fuga de dois presos da penitenciária de Mossoró (RN), há uma semana. Entre elas, estão revistas diárias nas celas e reforço na estrutura de luminárias, por onde a fuga teria ocorrido.

A lista de providências consta de ofício encaminhado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) à Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, responsável pela gestão dos presídios. O documento enumera dez pontos de atenção. A diretoria tem até segunda-feira para apresentar o que será feito para atender a cada demanda.

As medidas têm relação com as possíveis falhas relacionadas à fu-

ga em Mossoró. O documento também alerta para a necessidade de substituição imediata das câmeras de videomonitoramento nas unidades, pede providências para “instalação de refletores nos pontos estratégicos” e troca de lâmpadas e luminárias.

A pasta também demanda que sejam tomadas providências para “alocação de grades/brises nas saídas para o shaft, como alternativa para a falta de laje” — outra estru-

tura que teria propiciado a fuga da semana passada.

A secretaria solicita mudanças na gestão de pessoal nas penitenciárias. O documento pede que seja alertado ao corpo operacional a necessidade de aumento do nível de atenção em todos os postos de serviço. Na semana passada, após a fuga, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, levantou a possibilidade de que uma das razões para a fuga possa

ter sido o fato de que agentes tivessem “mais relaxados” por causa do feriado de Carnaval.

O ofício também pede providências para “reforço de pessoal nas penitenciárias federais, com mobilização de policiais penais da sede, caso necessário, assim como a suspensão das missões dos servidores lotados nas penitenciárias em atuação na sede”. A ação também está em linha com medida já divulgada pelo ministério, que so-

licitou a nomeação de servidores aprovados em concursos para reforçar o corpo técnico.

A secretaria pede ainda que a diretoria viabilize uma inspeção das cinco penitenciárias federais para que seja elaborado laudo técnico de inspeção predial de todas as estruturas. A medida afeta os presídios de Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO), Brasília e o de Mossoró, epicentro da crise.

## Bioeconomia indígena está ligada a território, diz estudo

Daniela Chiaretti  
De São Paulo

Bioeconomia é um conceito cada vez mais em disputa à medida que cresce o interesse internacional sobre o tema. Para os povos in-

dígenas, que reivindicam serem ouvidos no debate, bioeconomia é a economia contida na terra. Não é produto, é processo, e é feita de conhecimento. Há uma evidente divisão entre os pensamentos indígena e o ocidental sobre o assunto.

Estas posições estão contidas em na análise “Bioeconomia indígena” que será lançada hoje e tem entre os autores os antropólogos indígenas Braulina Baniwa e Francisco Apurinã. O trabalho tem apoio do WRI Brasil e da

Concertação pela Amazônia.

A base é o estudo a Nova Economia da Amazônia (NEA), lançado pelo WRI em junho e que mostra que, se o Brasil mantiver a floresta em pé e descarbonizar a economia, em 2050 o PIB da Amazônia

Legal seria de R\$ 1,34 trilhão, com 23,2 milhões de empregos. O redirecionamento da economia permitiria que o Brasil cumprisse suas metas no Acordo de Paris.

“Dentro da NEA olhamos a economia da Amazônia como um todo. A economia indígena entra como bioeconomia. Porém, a gente sabe que a economia indígena é muito maior que bioeconomia, e é uma visão muito diferente”, explica Rafael Feltran-Barbieri, economista-sênior do WRI Brasil e um dos autores do novo estudo.

Para os povos indígenas, economia é abundância, diz o texto. A ciência econômica se dedica a entender a formação de valor, sua precificação e sua distribuição, escreve Feltran-Barbieri no capítulo que tenta traduzir a bioeconomia indígena para os não indígenas. Em contraponto, para os indígenas nem tudo que é valioso tem preço.

“Sociedades indígenas são as únicas com suficiente conhecimento, sabedoria e tradição para prosperarem na floresta”, diz o estudo. A economia indígena se baseia em um modo de produzir sustentável, no ritmo das aldeias, em consonância com a natureza e buscando ganhos suficientes para o bem viver coletivo, continua.

A ideia do estudo, diz o economista, era buscar entender o que é a bioeconomia ideal para as pessoas e para a floresta da Amazônia. “O importante é dar visão à perspectiva indígena”, continua.

“Não tem como falar de bioeconomia, de saúde, de educação ou qualquer outro assunto que esteja dissociado dos nossos territórios”, explica Francisco Apurinã, da Terra Indígena Camicua, no sul do Amazonas, em Boca do Acre. “Hoje o planeta está doente. Temos que

perceber esse enfraquecimento, essa escassez de recursos naturais e nos dar as mãos. A bioeconomia indígena entra exatamente aí: porque fazer bioeconomia indígena é o mesmo que manter a floresta do jeito que ela está.”

Mestre em desenvolvimento sustentável e doutor em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB), Francisco Apurinã segue: “Na nossa visão, nós não somos mais do que as espécies de animais, somos apenas mais um componente da biodiversidade. Não somos o centro de tudo. Os povos indígenas estabelecem uma relação de interdependência com seu território”.

Ele continua: “Nada vai dar certo, nenhum projeto junto aos povos indígenas se a participação deles não for garantida, se as coisas não forem construídas com eles”.

O estudo traz alguns exemplos de economia indígena. Os Krahô-Kanela, por exemplo, produzem muito artesanato e pretendem construir uma base de turismo sustentável que busque proteger o território. Os baniwa, do Amazonas, são grandes produtores de pimentas. O povo yawanawa, do Acre, tem lindos grafismos estampados nas indumentárias. O café 3 Corações é feito pelo povo paitersuru, de Rondônia.

A Rede de Sementes do Xingu, com centenas de coletoras de várias etnias, quilombolas e da agricultura familiar apanham toneladas de sementes de 200 espécies nativas para atender à demanda de restauração florestal da Amazônia e do Cerrado. As Ikpeng nunca recolhem todas as sementes que encontram pelas trilhas — é preciso deixar crescer samaúmas, pequi e buritis para que sejam encontrados pelas novas gerações.

**RIVERVIEW**  
CORPORATE TOWER

Traga sua empresa para o RiverView

Lajes de **900 m<sup>2</sup> a 2.300 m<sup>2</sup>**  
na região da Berrini.

Excelente localização com a **melhor condição do mercado.**

(11) 93219-5032  
www.riverviewtower.com.br

**ITAIPU**  
BINACIONAL

**PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL**  
NF 0002-24

**Objeto:** Serviços de construção, migração, treinamento, hospedagem e suporte técnico dos novos sites corporativos da Itaipu Binacional na plataforma WordPress.

**Condição de Participação:** empresa legalmente estabelecida no Brasil.

**Caderno de Bases e Condições:** disponível no site <https://compras.itaipu.gov.br>.

**Recebimento das Propostas:** até às 9h (horário de Brasília) de 06 de março de 2024.

**Daniele Tassi Simioni Gemael**  
Superintendente de Compras

**Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.**  
Superintendente Adjunto de Compras

---

**SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**  
A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT/PR, a Autorização Ambiental para IMPLANTAÇÃO DE POSTES DE ENERGIA DO PROGRAMA PARANÁ TRIFÁSICO COM EXTENSÃO DE 18,820 KM, nos municípios de Curitiba e Sapopema - PR.

**SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL**  
A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Florestal para corte de árvores na faixa de domínio da PR 478, no município de Loanda, para implantação da UFV Chaveiro - Projetos n° 1524675.

**SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**  
A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença Ambiental Simplificada n° 005733, com validade até 17/07/2024, para a Subestação de Energia Elétrica - SE 34,5 KVSANTA AMÉLIA, instalada no município de Santa Amélia, no Estado do PR.

**SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**  
A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a Licença Ambiental Simplificada n° 35741, com validade até 08/08/2024, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica - LDAT 69 kV SANTA QUITÉRIA-BATEL, instalada no município de Curitiba, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a Licença Ambiental Simplificada n° 35742, com validade até 08/08/2024, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica - LDAT 69 kV SANTA QUITÉRIA-BATEL II, instalada no município de Curitiba, no Estado do PR.

Assine: [assinevalor.com.br](http://assinevalor.com.br) ou ligue: 0800 7018888 **Valor**